para R$14,95; ou seja, um aumento de 16%. No caso do milho, partindo-se de uma cotação de US$180,00/t FOB Golfo, a paridade no nível do produtor seria de R$8,35 por 60kg, com ICMS, e R$9,78 por 60kg sem o imposto, um aumento de 17%. Com o frango, partindo-se de um preço internacional de US$2.134,07/t CIF, a paridade com imposto seria de R$0,56/kg de frango vivo, enquanto a paridade sem imposto seria de R$0,66, um aumento de até 18%.

Em segundo lugar, para os produtos que estão no limite da gravosidade, como nos casos do milho e do algodão, por exemplo, a desoneração do imposto pode fazer o Brasil voltar aos mercados externos. Isto é essencial para o abastecimento interno, porquanto é melhor abastecer o país exportando do que importando. Agora, a produção de eventuais excedentes desses produtos encontraria mercado; no passado, os excedentes permaneciam represados, por força da gravosidade, nos mercados domésticos.

Em terceiro lugar, há que mencionar que o difícil é garantir a internalização, até o nível do produtor, dos benefícios auferidos com a isenção dos impostos de exportação. Na próxima safra, por exemplo, há um grupo de empresas que negociou contratos similares aos contratos de soja verde que não querem rever as condições contratuais, transferindo parte dos ganhos de preços para os produtores. O princípio é de que, em mercados competitivos, a transferência do benefício da isenção é mais garantida. Por mercados mais competitivos entendem-se os mercados com muitos compradores, no país e no exterior; e com cotações transparentes nos mercados externos e internos. Agora, ganha quem for competitivo na venda dos seus produtos.

Em quarto lugar, nos casos de produtos com poucos compradores no mercado interno — ou seja, em mercados onde os compradores, em nível de produtor, tenham poder de mercado — e poucos compradores no exterior, no mecanismo de barganha de preços, os compradores poderão ser tentados a repartir os benefícios. Em casos tais como os de cera de carnaúba, sisal, rami, castanha do Brasil, castanha de caju, por exemplo, os compradores nacionais e os importadores no exterior poderão argumentar que, como os benefícios são elevados, há que reparti-los entre todos os participantes das cadeias. É nessa hora que o poder de mercado mais se manifesta.

Por fim, cumpre assinalar que as transferências totais de recursos pela redução dos impostos é de tal magnitude, que quaisquer estimativas de benefícios têm que contemplar o volume significativo de impostos arrecadados no sistema antigo, com o ICMS. Estimativas feitas pela Secretaria de Comércio Exterior do MICT indicam que a renda transferida pelas exportações agrícolas para o erário público montava a: US$396,2 milhões devido às exportações de grãos e farelos; US$290,9 milhões de café, chá e mate; US$116,8 milhões de madeira e couro; US$28,6 milhões de carnes; US$85,7 milhões de sucos; US$121,1 milhões de açúcar; US$67,2 milhões de óleos vegetais; US$57,7 milhões de fumo e bebidas; US$35,6 milhões de produtos do cacau e mais cerca de US$21,8 milhões de outros produtos da agroindústria. Estes recursos eram drenados da agricultura e agora serão internalizados no setor. No total, eles somam US$1,222 bilhão.

MAURO DE REZENDE LOPES

SAFRA 1997

Lucros e novos desafios

O ano de 1996 certamente trará bons resultados para o setor agrícola no Brasil. Com a recuperação dos preços tanto no cenário interno quanto externo, os produtores brasileiros estão recompondo sua renda e apostando suas fichas no plantio de uma nova supersafra para 1997.

A lembrança de que a safra de 81 milhões de toneladas, em 1995, trouxe junto com o recorde de produção uma forte crise de renda e de inadimplência está ainda bastante presente na memória e no bolso e preocupa produtores e indústrias de insumos. Entretanto, existem fortes razões para acreditar que a comercialização

da nova supersafra, em 1997, será completamente diferente dos momentos difíceis de 1995. Podem-se destacar algumas dessas razões:

1. Na comercialização da safra 1994/95, havia um nível desfavorável de preços no mercado internacional, devido à recuperação dos estoques nos EUA. Já para 1997, a sinalização de preços futuros é animadora. Certamente não teremos a repetição do *boom* de preços do primeiro semestre de 1996 mas, ainda assim, o mercado internacional deve permanecer, pelo menos mais um ano, com estoques baixos e preços bastante remuneradores.

2. Os estoques públicos de passagem, no final de 1994, eram os maiores da história. Em torno de maio de 1995, esses estoques chegaram à fantástica marca de 18 milhões de toneladas, implicando forte pressão baixista sobre o mercado interno. Para o final de 1996, a expectativa é de que os estoques públicos estejam realmente muito baixos, não representando, portanto, uma ameaça aos preços internos em 1997.

Para o final de 1996, espera-se que os estoques públicos estejam muito baixos, não representando ameaça aos preços internos em 1997.

3. Em 1995, como decorrência da implantação do Plano Real, duas importantes variáveis macroeconômicas (taxa de câmbio e taxa de juros) trabalharam fortemente no sentido de reduzir a renda na agricultura. A taxa de câmbio valorizada contribuiu para aumentar a concorrência de produtos estrangeiros no mercado interno, assim como para reduzir a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no exterior. As elevadíssimas taxas de juros praticadas no período de comercialização da safra impediram qualquer intenção de formação de estoques. A política de abastecimento dos grandes consumidores passou a ser *da mão para a boca*.

Os produtores foram os grandes pagadores dessa *conta* do Plano Real, através da redução dos preços recebidos por suas colheitas. Em 1997, o câmbio estará menos defasado e as taxas de juros, embora ainda devam permanecer altas, já devem permitir a formação de estoques. Portanto, os preços dos produtos agrícolas sofrerão menor influência dessas variáveis macroeconômicas.

4. Em 1995, a crise de renda foi agravada pelo forte endividamento dos produtores, que não detinham poder de retenção da safra que permitisse esperar por preços melhores. Esse fato acabou detonando a reação da forte bancada ruralista, que derrubou o veto presidencial à extinção da TR como indexador do crédito rural. Essa medida resultou na paralisação das operações do Banco do Brasil por quase 60 dias, fato que aumentou ainda mais as dificuldades dos produtores. Em 1997, os produtores devem comercializar suas safras sem a pressão das dívidas, que junto ao setor público foram alvo do processo de securitização, e junto ao setor privado já foram total ou parcialmente saldadas com a boa receita auferida em 1996.

5. Outro diferencial entre a comercialização da safra de 1997 e os prejuízos da safra recorde de 1995 é que, já na próxima colheita, os produtores estarão se beneficiando da não-incidência da cobrança de ICMS sobre as exportações de produtos básicos e semi-elaborados. A maior parte de redução desse elemento do custo Brasil será apropriada pelos produtores, como por sinal já vem ocorrendo nos atuais contratos de soja verde.

Por todos esses motivos, espera-se para 1997 um ano muito bom para a agricultura brasileira, já que podemos ter uma *safra cheia*, com uma nova colheita de mais de 80 milhões de toneladas, e ainda assim contar com a manutenção de preços satisfatórios para os produtores. Com isso as chances de que, em 1997, as indústrias de insumos modernos (inclusive máquinas agrícolas) batam novos recordes de vendas são muito grandes.

A supersafra de 1997 representará mais que uma boa notícia conjuntural. Será a sinalização clara de que a agricultura brasileira reencontrou o caminho do crescimento sustentado, sem a ciclotimia do passado recente, sem o patrocínio do Tesouro Nacional e com bons lucros para produtores e para todos os setores de antes e depois da porteira.

Em recente pesquisa intitulada *Perspectivas da Agricultura Brasileira, 1996/2000*, o Departamento de Agribusiness da empresa de consultoria MB Associados concluiu que já estão em andamento os fatores que determinarão a continuidade do cenário otimista de 1997 nos anos vindouros. O estudo destaca a redução do custo Brasil (inclusive a eliminação do ICMS sobre as exportações), os investimentos públicos (Plano de Metas) e privados em infra-estrutura e logística de transporte e a reformulação completa da política agrícola nacional como as chaves para a retomada do crescimento sustentado da agricultura brasileira. O estudo estima uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano para a produção agrícola brasileira entre 1996 e 2000, e de 6 % ao ano nos cinco primeiros anos do próximo milênio.

Cria-se, dessa forma, um ambiente favorável para colocar em pauta importantes questões estruturais que devem permear o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira nos próximos anos. Entre essas questões, merecem destaque:

- *A redefinição do papel do Estado.* Prover *public goods* (educação, saúde, infra-estrutura, defesa sanitária, serviço meteorológico), investir na pesquisa e na difusão de novas tecnologias e coordenar um amplo programa de política agroindustrial vem sendo apontado, pelos principais *policy makers* do setor agrícola nacional, como o caminho desejável na reorientação da intervenção estatal na agricultura brasileira.

- *O novo padrão de financiamento.* A paulatina e desejável retirada do Estado do papel de grande agente financiador da atividade primária no Brasil deve ocorrer paralelamente à criação de novos instrumentos que permitam participação maior e mais segura do setor privado (empresas agroindustriais e bancos) na geração de liquidez para o setor. O conjunto das novas fontes de financiamento deve incluir necessariamente os recursos externos (preferencialmente para investimentos), mercados de futuros e derivativos em bolsas e um fundo fiscal (atrelado ao imposto de renda rural) voltado para atender apenas os programas especiais para grupos de produtores ou regiões selecionados por razões sociais.

Já estão em andamento os fatores que determinarão a continuidade do cenário otimista de 1997 nos anos vindouros.

- *Reforma tributária.* Nessa seara deve-se perseguir a redução da carga de impostos indiretos (que punem toda a cadeia produtiva, mas penalizam mais fortemente os pequenos produtores e os consumidores), tendo como contrapartida o aumento efetivo dos impostos diretos (sobre a riqueza e sobre a renda no campo). A eliminação da incidência de ICMS sobre as exportações agrícolas é apenas o primeiro passo na direção de uma estrutura tributária mais adequada às necessidades da agricultura. A questão da cobrança do ICMS interestadual sobre insumos e produtos agrícolas ainda permanece intacta, promovendo significativa elevação de custos para indústrias e produtores. Já o imposto territorial rural e o imposto sobre a renda na atividade agrícola continuam arrecadando volumes inexpressivos.

- *O destino do Banco do Brasil.* Não fossem os altos preços agrícolas de 1996 e provavelmente de 1997, que agilizam o mercado informal de crédito, o Banco do Brasil certamente se transformaria no calcanhar-de-aquiles do Plano Real, pois a conseqüência da sua desastrada atuação como agente do crédito rural oficial levaria a uma nova quebra de safra. A sucessão interminável de notícias ruins na mídia sobre o Banco do Brasil não pode ser encarada pelo governo simplesmente como má vontade dos críticos ou opositores. A falta de um projeto claro, a força negativa do corporativismo e a corrupção estão sepultando a instituição que foi, por muitos anos e até bem pouco tempo, o grande aliado dos agricultores brasileiros.

- *O problema social dos sem-terra.* A tendência de retomada do crescimento econômico no Brasil deve trazer no seu bojo um acirramento do êxodo rural. Essa é a tendência verificada em todos os países desenvolvidos. Ainda temos cerca de 20% da nossa força de trabalho no campo, número que deve cair acentuadamente durante o novo ciclo de expansão econômica que se avizinha. Como gerar empregos urbanos (na indústria ou no setor de serviços) ou disponibilizar meios de sobrevivência no campo para um número cada vez maior de sem-terra será uma questão social crucial nos próximos anos.

- Pode-se ver que a supersafra de 1997 trará motivos para comemorações no setor agrícola brasileiro, mas também permitirá que, ao olhar para frente, a agricultura brasileira perceba que os desafios estruturais a ser enfrentados são imensos. Resta o consolo de poder pensar nos problemas futuros com o lucro de uma boa safra no bolso.

ANDRÉ PESSÔA

Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa — UFV/MG (1990) e mestre em economia agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Esalq/USP (1996). É consultor de economia agrícola da MB Associados desde 1993.